

Governo suspenderá conversão da dívida

Luciano Andrade — 16/3/88



Mailson: promessa no pacto

dem que a atual política não pode ser modificada.

Ao defender o uso de recursos da poupança de toda a rede bancária para financiamento da agricultura, Flávio Telles de Menezes, argumentou: "O governo não pode fixar, ele próprio, com que limites de recursos cada instituição bancária vai trabalhar com a agricultura. Acredito que os investimentos na agricultura são de curto prazo — em comparação aos imobiliários, por exemplo — e de curtíssimo prazo, no caso de custeio. Além disso, o setor está equilibrado e não há insolvência". O preço do financiamento será o mesmo pago hoje pelos agricultores, a OTN mais 9% (a poupança rende ao aplicador a OTN mais 6%).

SÃO PAULO — O governo pretende suspender as operações de conversão da dívida externa em investimentos por um período de cerca de seis meses. Essa informação foi dada aos empresários e trabalhadores que fazem parte das negociações do pacto social, pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, como uma das medidas para conter a inflação, já que impediria o aumento da base monetária (dinheiro em circulação), durante a reunião da última quinta-feira, em Brasília. Outra medida que o governo admitiu adotar é a utilização dos recursos da caderneta de poupança de toda a rede bancária para financiamento de custeio e investimentos na agricultura. Os recursos do Tesouro Nacional, segundo o projeto do governo, ficariam restritos a financiamentos de micro e pequenos produtores.

Os empresários sentiram muita disposição do governo em inverter sua posição fiscal para o próximo ano, saindo de um déficit para o superávit de 0,7% do PIB. Com essa perspectiva, o governo pretendia anunciar ontem mesmo a privatização da comercialização do trigo, mas os empresários do setor — representados na reunião por Alyson Paulinelli, presidente da Confederação Nacional da Agricultura, e Flávio Telles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira, pediram o adiamento da medida. Telles de Menezes confirma que os empresários pediram tempo ao governo — e ganharam mais sete dias, não só para estudar o assunto, mas também para que haja uma transição gradual no processo. "Do contrário poderia haver uma quebra de cooperativas", explicou o empresário.

Outro ponto polêmico nas discussões entre governo e setor agrícola foi a definição de uma política de estoques a partir da determinação dos preços mínimos. Os empresários enten-